



**KREDILIG S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E
INVESTIMENTO**

**Demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2026**

**Demonstrações contábeis
em 30 de junho de 2026****Conteúdo**

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Apresentamos o relatório da administração, as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores independentes da Kredilig S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento, relativos ao semestre findo em 30 de junho de 2026, em atendimento aos dispositivos legais e estatutários.

Desempenho Econômico-Financeiro

No decorrer do primeiro semestre de 2026 os resultados da Kredilig S.A. – CFI apresentaram as seguintes evoluções em relação ao período anterior:

- Lucro líquido de R\$ 11,94 milhões, resultado 20,7% abaixo do ano anterior e correspondente a uma rentabilidade de 5,6% sobre o patrimônio líquido;
- Os ativos representam R\$ 438,12 milhões, aumento de 3,9% no semestre;
- A carteira de operações de crédito cresceu 4,9% no semestre, em virtude do crescimento das operações de empréstimo pessoal;
- As receitas de operações de crédito cresceram 7,4%, totalizando R\$ 103,80 milhões.

Processos Internos

A Kredilig S.A. - CFI tem constituída uma área específica para gestão de riscos e controles, contando com um diretor e gestores com atribuições e responsabilidades definidas, em consonância às melhores práticas adotadas no mercado. Em 30 de junho de 2026, o Índice de Basileia da Companhia apresentou-se em 16,73%, frente ao requerimento mínimo regulamentar de 17%. A Administração vem acompanhando de forma contínua a evolução do indicador e adotando medidas de gestão de capital visando ao seu reenquadramento. A abordagem da gestão de riscos é tratada na nota explicativa 4.

Em atendimento a lei geral de proteção de dados (“LGPD”), a Kredilig S.A. - CFI mantém a privacidade dos dados pessoais das pessoas relacionadas com a Instituição no decorrer da relação contratual.

A Kredilig S.A. – CFI possui política de risco socioambiental (“PRSA”), definida na Resolução nº 4.945/21 do CMN. Tanto a política de risco socioambiental como as informações relacionadas a lei geral de proteção de dados estão disponíveis no site da Instituição.

Os trabalhos de auditoria interna, avaliação da gestão dos riscos e controles internos da Instituição, são realizados pela Martinelli Auditores, com independência.

Os recursos de operações de depósitos a prazo e aceites cambiais são captados junto aos seus acionistas e empresas de partes relacionadas, apresentando um baixo risco de liquidez, mantendo sua estratégia corporativa, de proteção e conservação. Além disso, não possui operações de hedge.

Os recursos são captados em operações de depósitos a prazo e aceites cambiais, junto aos seus acionistas, apresentando um baixo risco de liquidez, mantendo sua estratégia corporativa, de proteção e conservação. Além disso, não possui operações de hedge.

**Responsabilidade Social**

A responsabilidade social está presente na filosofia da Instituição. Por isso, durante o ano de 2026, a Kredilig S.A. - CFI manteve a contribuição para projetos sociais de instituições filantrópicas da grande Florianópolis.

Considerações Finais

Colocamo-nos à disposição dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários, agradecendo a participação dos colaboradores, clientes e parceiros comerciais.

Administração.



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores e aos acionistas da

KREDILIG S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Biguaçu – SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Kredilig S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (“instituição” ou “financeira”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Kredilig S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento, em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Outros assuntos

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e do semestre findo em 30 de junho de 2025, apresentadas para fins de comparabilidade, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório em 23 de março de 2026 e 26 de agosto de 2025, sem modificação de opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Os responsáveis pela governança da instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente de serem causados por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;



- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração da instituição, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Barueri, 18 de agosto de 2026.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

ROGER MACIEL DE
OLIVEIRA:902384350
91

Assinado de forma digital por
ROGER MACIEL DE
OLIVEIRA:90238435091
Dados: 2026.08.19 13:24:09 -03'00'

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico

**Balanço patrimonial**

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota Explicativa	30/06/2026	31/12/2025
Ativo circulante		347.600	171.187
Disponibilidade	5	3.536	14.391
Instrumentos financeiros		448.864	224.935
Operações de crédito - Setor privado	6	394.635	173.862
Outros créditos	6	54.229	51.073
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		(112.641)	(73.993)
(-) Operações de crédito	6	(102.017)	(63.351)
(-) Outros créditos	6	(10.624)	(10.642)
Outros ativos	7	7.841	5.854
Ativo não circulante		90.518	250.439
Realizável a longo prazo		88.847	248.326
Instrumentos financeiros		90.067	288.588
Operações de crédito - Setor privado	6	85.513	275.514
Outros créditos	6	4.554	13.074
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		(9.810)	(47.819)
(-) Operações de crédito	6	(9.632)	(47.501)
(-) Outros créditos	6	(178)	(318)
Créditos tributários	15.b	8.590	7.557
Imobilizado de Uso	3.d	1.671	2.113
Outras imobilizações de uso		1.071	1.068
(-) Depreciações acumuladas		(931)	(878)
Intangível		3.892	3.891
(-) Amortização acumulada		(2.361)	(1.968)
Total do ativo		438.118	421.626

**Balanço patrimonial**

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

Passivo	Nota Explicativa	30/06/2026	31/12/2025	31/12/2025 Reapresentado
Passivo circulante		129.243	110.896	117.217
Depósitos e demais instrumentos financeiros		70.399	25.823	25.823
Depósitos a prazo	8	1.509	19.014	19.014
Recursos de aceites cambiais	9	68.890	6.809	6.809
Obrigações correspondente bancário	11.c	42.338	51.763	51.763
Outros passivos		16.506	33.310	39.631
Cobrança e arrec. tributos e assemelhados		266	365	365
Sociais e estatutárias	11.b	6.412	21.574	27.895
Fiscais e previdenciárias		4.124	4.138	4.138
Diversas	10	5.704	7.233	7.233
Passivo não circulante		94.199	101.676	101.676
Depósitos e demais instrumentos financeiros		90.165	98.679	98.679
Depósitos a prazo	8	-	1.396	1.396
Recursos de aceites cambiais	9	90.165	97.283	97.283
Obrigações correspondente bancário	11	3.965	2.929	2.929
Outros passivos - diversas	10	69	68	68
Patrimônio líquido	12	214.676	209.054	202.733
Capital de domiciliados no País		200.000	200.000	200.000
Reservas de lucros		2.733	8.449	2.733
Dividendos adicionais propostos		-	605	-
Lucros acumulados		11.943	-	-
Total do passivo e patrimônio líquido		438.118	421.626	421.626



Demonstrações do resultado
Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	30/06/2026	30/06/2025
Receitas da intermediação financeira		104.353	97.201
Operações de crédito	13	103.795	96.656
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez		558	545
Despesas da intermediação financeira		(51.932)	(47.204)
Operações de captações no mercado		(10.539)	(9.050)
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	6.d	(41.393)	(38.154)
Resultado bruto da intermediação financeira		52.421	49.997
Outras despesas (receitas) operacionais		(34.049)	(28.410)
Outras receitas operacionais		1.119	1.255
Despesas de pessoal		(5.388)	(5.458)
Outras despesas administrativas	14	(24.678)	(19.679)
Despesas tributárias	15	(4.377)	(3.660)
Outras despesas operacionais		(725)	(868)
Resultado operacional		18.372	21.587
Resultado não operacional		1	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro		18.373	21.587
Imposto de renda e contribuição social - corrente	16	(7.463)	(7.393)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	16	1.033	861
Lucro líquido do semestre		11.943	15.055
Número de ações (em lotes de mil)		5.000	5.000
Lucro líquido por ação (em reais)		2,39	3,01

**Demonstrações do resultado abrangente**

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	30/06/2026	30/06/2025
Lucro líquido do semestre	11.943	15.055
Outros resultados abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para resultado		
Ajuste dos títulos disponíveis para venda	-	-
Resultado abrangente total	<u>11.943</u>	<u>15.055</u>



Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital realizado	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Dividendos adicionais	Patrimônio líquido
			Legal	Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2024		120.000	14.309	65.866	-	9.094	209.269
Dividendos aprovados em AGO		-	-	-	-	(9.094)	(9.094)
Adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021		-	-	-	979	-	979
Lucro líquido do período		-	-	-	15.055	-	15.055
Destinações							
Juros sobre capital próprio		-	-	-	(1.300)	-	(1.300)
Saldos em 30 de junho de 2025		120.000	14.309	65.866	14.734	-	214.909
Saldos em 31 de dezembro de 2025 (Apresentados)		200.000	1.755	6.694	-	605	209.054
Ajustes	12.d			(5.716)		(605)	(6.321)
Saldos em 31 de dezembro de 2025 (Reapresentados)		200.000	1.755	978	-	-	202.733
Lucro líquido do período		-	-	-	11.943	-	11.943
Saldos em 30 de junho de 2026	12	200.000	1.755	978	11.943	-	214.676
MUTAÇÕES DO SEMESTRE		-	-	-	11.943	-	11.943

**Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto**

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	30/06/2026	30/06/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre	11.943	15.055
Ajustes para reconciliar o resultado do semestre com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	446	448
Provisão para contingências	1	(15)
Juros de captação	10.456	8.975
Tributos diferidos	(1.033)	2.466
Instrumentos financeiros derivativos	-	979
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	639	32.767
Lucro líquido do semestre ajustado	22.452	60.675
Redução (aumento) nos ativos:		
Operações de crédito	(25.408)	(23.843)
Outros créditos	(1.987)	(985)
	(27.395)	(24.828)
Aumento (redução) nos passivos:		
Outras obrigações	(5.438)	6.880
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.593)	(10.032)
	(10.031)	(3.152)
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	(14.974)	32.695
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao ativo permanente	(4)	(1)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimentos	(4)	(1)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Recursos captados	57.499	17.142
Recursos pagos de captação	(31.893)	(35.223)
Dividendos e juros sobre o capital pagos	(21.483)	(11.395)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamento	4.123	(29.476)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	(10.855)	3.218
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	14.391	1.452
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	3.536	4.670



Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Kredilig S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (“Instituição”) está devidamente regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”). Sua matriz está localizada na Rua Paulo Zimmermann, 455, BR 101, em Biguaçu, Santa Catarina. CEP: 88160-580.

A Instituição tem por objeto a prática de operações de crédito, financiamento e investimento, mediante a aplicação de recursos próprios e de terceiros, conforme previsto na legislação pertinente.

Atualmente, oferece como seus principais produtos o crédito direto ao consumidor, empréstimo pessoal, empréstimo pessoal consignado, cartão de crédito e desconto de recebíveis.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

a. Elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, observadas as disposições da Lei nº 6.404/76, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, quando aplicáveis, e em conformidade com as normas e regulamentações emanadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BCB). A elaboração e a divulgação das demonstrações financeiras observam, em especial, os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.818/20, e alterações posteriores, que consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, bem como o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), instituído pela Resolução CMN nº 4.858/20, e regulamentações complementares. São observados, ainda, os critérios contábeis específicos aplicáveis às operações da Instituição, incluindo aqueles estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21, e pela Resolução BCB nº 352/23, relativos ao reconhecimento, mensuração, classificação e baixa de instrumentos financeiros, bem como à constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. As demonstrações contábeis refletem, portanto, as disposições regulamentares aplicáveis à Instituição, integrante do Segmento 5 (S5) do Sistema Financeiro Nacional, e foram elaboradas com base nos registros contábeis mantidos de acordo com o COSIF, de forma a apresentar adequadamente a posição patrimonial e financeira, o desempenho e os fluxos de caixa da Instituição.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

Atualmente, não é possível estimar quando o Banco Central do Brasil irá aprovar os demais pronunciamentos



contábeis do CPC e tampouco se a sua utilização será de forma prospectiva ou retrospectiva. Com isso, ainda não é possível estimar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações contábeis da Instituição.

Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição. Todos os saldos foram arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, mensuração a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis a seguir.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 11 de agosto de 2026.

b. Novas normas e alterações emitidas pelo BACEN

As normas abaixo, aplicáveis a Instituição, entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.

I – Resolução CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23 – Instrumentos Financeiros

A partir de 1º de janeiro de 2025, a Instituição implementou as novas normas contábeis estabelecidas pelas Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23, que conferem alinhamento aos padrões internacionais IFRS 9. As principais alterações incluem:

A classificação dos instrumentos financeiros: reordenamento das carteiras de operações de crédito por suas modalidades.

O cálculo da provisão para perdas: parte-se para um modelo de provisão de perda incorrida, mais a perda esperada da operação, com base na distribuição por tipo de carteira, mensuração dos dias de atraso, além da classificação ou não como ativo problemático.

Reconhecimento de receitas e despesas: ocorrerá o diferimento das receitas de serviços e dos custos de transação, atrelados diretamente à operação. Os instrumentos financeiros terão o reconhecimento de juros interrompidos com mais de 90 dias de atraso ou antes, se o ativo for considerado como problemático.

A instituição verificou que os novos requisitos não tiveram impacto relevante na classificação e na mensuração de seus ativos financeiros. As categorias anteriormente mensuradas pelo custo amortizado, conforme as normas anteriores, como aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento, carteira de crédito e outros ativos financeiros, continuam a ser avaliadas predominantemente dessa forma.

Aspectos fiscais: a Lei nº 14.467/22 estabeleceu o tratamento tributário no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras, as instituições poderão deduzir, na determinação do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações inadimplidas.

O novo modelo de reconhecimento de juros das operações de crédito prevê o stop accrual quando ocorrer o atraso destas operações for superior a 90 (noventa) dias de atraso ou o ativo considerado como problemático.

Foi adotada a metodologia simplificada para apuração das perdas associadas ao risco de crédito, conforme estabelece a Resolução BCB nº 352/23, com base em premissas de segregação da carteira, arrasto da provisão por ativo problemático e nível de atraso. Os efeitos na adoção do modelo de perdas foram de R\$ 979, líquidos dos efeitos tributários, registrados em contrapartida do patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2025, conforme apresentados a seguir:



Redução da provisão para perdas associadas ao risco de crédito	4.305
Redução do ativo diferido fiscal	(3.326)
Efeito líquido	979

II – Demais atualizações normativas (atualizações prospectivas): a Resolução BCB nº 437/24 trata do cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco, em função da reformulação normativa atrelada a apuração dos riscos e do Plano de Contas das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. As Instruções Normativas BCB nºs 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432 e 433 definem as novas rubricas contábeis do COSIF, em atendimento às mudanças introduzidas pela Resolução CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente ao período apresentado nessas demonstrações contábeis.

a. Disponibilidade

São registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável. Possuem alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento inferior a 90 dias. Tais valores são considerados como caixa e equivalentes de caixa para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

b. Operações de crédito

Estão atualizadas e demonstradas pelo valor principal, acrescidos dos rendimentos e encargos decorridos até as datas dos balanços patrimoniais. As rendas de operações ativas são apropriadas *pro rata die*. As operações prefixadas são registradas pelo valor do resgate, reduzido pelas rendas a apropriar.

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 90 dias ou quando caracterizadas com problema de recuperação de crédito são reconhecidas como receitas apenas quando do seu efetivo recebimento, conforme determina o art. 17º, da Resolução BCB nº 352/23.

c. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é apurada com base na metodologia simplificada, incluindo critérios de arrasto por cliente, estabelecidos pela Resolução BCB nº 352/23.

São observados níveis de provisão estabelecidos pela regulamentação vigente para perdas incorridas associadas ao risco de crédito para os ativos financeiros inadimplidos (ativo com atraso superior a 90 dias), sem prejuízo pela constituição de provisão em montantes suficientes para fazer face à totalidade da perda esperada na realização desses ativos. Os níveis de provisão dessas operações corresponderão ao valor resultante da aplicação dos percentuais definidos na regulamentação, observados os períodos de atraso e as carteiras definidas, sobre o valor contábil bruto do ativo.

d. Imobilizado de uso



São mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação e amortização acumuladas.

e. Depósitos a prazo

São registrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos atualizados em base *pro rata die*, até a data do balanço.

f. Recursos de aceites cambiais

Estão demonstrados pelos valores exigíveis, atualizados pelos encargos, em base *pro rata die*.

g. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos são demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base *pro rata die*) auferidas e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos pós-fixados foram atualizados *pro rata die* e os pré-fixados encontram-se líquidos dos encargos a apropriar, em razão da fluência dos prazos contratados.

h. Apropriação de receitas e despesas

São reconhecidas pelo regime de competência em que incorrem.

i. Provisões, ativos e passivos contingentes

A Instituição segue as diretrizes da Resolução nº 3.823/09, do Conselho Monetário Nacional, a qual aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo os principais critérios:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

j. Provisão para imposto de renda e contribuição social- corrente e diferido

A provisão para o imposto de renda - IR é constituída à alíquota-base de 15% sobre o lucro ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal, mais o adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual). A provisão para a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada sobre o lucro ajustado, conforme a legislação vigente aplicável às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Em decorrência da Lei Complementar nº 224/2025, a alíquota da CSLL aplicável às instituições financeiras foi elevada de 15% para 17,5%, com vigência a partir



de abril de 2026, sendo essa alíquota utilizada na apuração da contribuição social corrente desde sua entrada em vigor.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

k. Redução do valor recuperável de ativos

Anualmente ou quando há evidências que o valor contábil possa não ser recuperável, é realizada a revisão dos valores líquidos dos ativos a fim de avaliar a necessidade de serem constituídas eventuais provisões para desvalorização. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

l. Resultados recorrentes e não recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não recorrente do período aquele que:

I - Não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e

II - Não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Não foram identificados resultado desta natureza, motivo pelo qual não estão sendo apresentados.

4. Gerenciamento de risco

A Instituição aborda o gerenciamento de todos os riscos inerentes às suas atividades de modo integrado, por meio de uma área específica para gestão de riscos. Essa visão multidisciplinar proporciona o aprimoramento dos modelos de gestão de riscos e evita a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração.

a. Gerenciamento do risco de crédito

A Instituição monitora as operações realizadas através da evolução da carteira, indicadores de inadimplência (over 90), bem como dos níveis de recuperação. Realiza o cálculo do value at risk (VaR) e realiza testes de estresse, contemplando valores de perda esperada (PE) e de perda não esperada (PNE). No entanto, para apuração do capital requerido, é utilizada a metodologia de abordagem padronizada simplificada (RWARCSIMP), conforme Resolução BCB nº 437/24.

b. Gerenciamento do risco de liquidez

Visando o planejamento financeiro, a otimização dos recursos disponíveis, administração da exposição e a redução da probabilidade para ocorrências de problemas de liquidez, a Instituição controla, diariamente, o equilíbrio entre os pagamentos e recebimentos da Instituição. Ainda, realiza testes de estresse, através do índice de liquidez de curto prazo (LCR) e o índice de liquidez de 90 dias.

c. Gerenciamento do risco de mercado

Com o objetivo de identificar a possibilidade de perda em função da oscilação de taxas referentes aos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva, e a fim de mitigá-lo, a Instituição



monitora tais oscilações, procede o cálculo do VaR e realiza testes de estresse na carteira de operações de crédito.

d. Gerenciamento do risco operacional

O gerenciamento do risco operacional é realizado através do mapeamento de processos e o levantamento de riscos já identificados, os controles implementados e o rastreamento das falhas ocorridas, registradas através de relatórios de não conformidades. Para apuração do capital requerido, a Instituição utiliza a abordagem padronizada simplificada (RWAROSIMP), conforme Circular Bacen nº 3.863/17.

e. Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital consiste no monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita e o planejamento de metas e de necessidade de capital.

Em 30 de junho de 2026, a Instituição apresentou índice de Basileia de 16,73%, frente ao requerimento mínimo regulamentar de 17,00%. A Administração acompanha continuamente a adequação dos níveis de capital aos requerimentos prudenciais aplicáveis e adota as medidas necessárias para o reenquadramento do indicador.

	30/06/2026	31/12/2025
Risco de crédito (RWARCSIMP)	205.486	169.463
Risco operacional (RWAROSIMP)	11.111	9.495
Ativos ponderados pelo risco (RWAS5)	216.597	178.958
Patrimônio de referência (PR)	213.117	212.562
Margem para o limite de Basileia	(3.480)	33.604
Parcela Rban	5.892	9.730
Índice de Basileia (PR x 100) / (RWA / IBs5)	16,73%	20,19%

Em conformidade com o art. 21, da Resolução nº 4.606/17 do CMN, os relatórios de gerenciamento de riscos encontram-se na sede da Instituição.

5. Disponibilidade

	30/06/2026	31/12/2025
Disponibilidades	246	205
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	3.290	14.186
Total	3.536	14.391

(*) Referem-se a valores aplicados em operações compromissadas, lastreadas em Letras do Tesouro Nacional, com remuneração baseada na taxa selic, as quais foram resgatadas integralmente em 1º de julho de 2026. Considerando um cenário de variação de 50% na taxa CDI (maior ou menor), o efeito no ativo da Instituição é de R\$ 279 no exercício findo em 30 de junho de 2026.

6. Operações de crédito e outros créditos

As operações de crédito estão demonstradas contabilmente por nível de risco, vencimento e ramo de atividade,



conforme segue:

	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos	240.839	59.534	300.373	115.281	194.729	310.010
Financiamentos	153.796	25.979	179.775	58.581	80.785	139.366
Operações de crédito - setor privado	394.635	85.513	480.148	173.862	275.514	449.376
Outros créditos	54.229	4.554	58.783	51.073	13.074	64.147
Total	448.864	90.067	538.931	224.935	288.588	513.523
(-) Provisão	(112.641)	(9.810)	(122.451)	(73.993)	(47.819)	(121.812)
Total	336.223	80.257	416.480	150.942	240.769	391.711



a. Classificação por carteira e faixas de atraso

30/06/2026				
Período	Saldo	Perda Incorrida	Perda Esperada	Provisão
Carteira C4				
Não Problemáticos				
De zero a 14 dias	1.528	-	(29)	(29)
De 31 a 60 dias	180	-	(23)	(23)
Problemáticos Inadimplidos				
Menor que um mês	17	(6)	(1)	(7)
Igual ou maior que 6 e menor que 7 meses	130	(57)	(6)	(63)
Igual ou maior que 7 e menor que 8 meses	66	(41)	(3)	(44)
Carteira C5				
Não Problemáticos				
De zero a 14 dias	350.559	-	(6.661)	(6.661)
De 15 a 30 dias	14.389	-	(1.079)	(1.079)
De 31 a 60 dias	10.677	-	(1.602)	(1.602)
De 61 a 90 dias	7.572	-	(2.877)	(2.877)
Problemáticos Adimplidos				
De zero a 14 dias	21.013	-	(11.246)	(11.246)
De 15 a 30 dias	3.219	-	(1.720)	(1.720)
De 31 a 60 dias	2.893	-	(1.546)	(1.546)
De 61 a 90 dias	3.928	-	(2.104)	(2.104)
Problemáticos Inadimplidos				
Menor que um mês	9.176	(4.588)	(315)	(4.903)
Igual ou maior que 1 e menor que 2 meses	10.170	(5.430)	(347)	(5.777)
Igual ou maior que 2 e menor que 3 meses	9.304	(5.285)	(316)	(5.601)
Igual ou maior que 3 e menor que 4 meses	8.116	(4.886)	(276)	(5.162)
Igual ou maior que 4 e menor que 5 meses	7.813	(4.969)	(266)	(5.235)
Igual ou maior que 5 e menor que 6 meses	8.303	(5.563)	(282)	(5.845)
Igual ou maior que 6 e menor que 7 meses	8.781	(6.182)	(298)	(6.480)
Igual ou maior que 7 e menor que 8 meses	8.165	(6.026)	(277)	(6.303)
Igual ou maior que 8 e menor que 9 meses	7.679	(5.928)	(261)	(6.189)
Igual ou maior que 9 e menor que 10 meses	7.504	(6.048)	(255)	(6.303)
Igual ou maior que 10 e menor que 11 meses	6.089	(5.115)	(207)	(5.322)
Igual ou maior que 11 e menor que 12 meses	7.574	(6.620)	(258)	(6.878)
Igual ou maior que 12 e menor que 13 meses	7.328	(6.654)	(249)	(6.903)
Igual ou maior que 13 e menor que 14 meses	8.712	(8.206)	(297)	(8.503)
Igual ou maior que 14 e menor que 15 meses	8.046	(7.853)	(193)	(8.046)
Total	538.931	(89.457)	(32.994)	(122.451)



b. Classificação por prazo de vencimento

	30/06/2026					
	Vencidos	A vencer até 3 meses	A vencer de 3 a 12 meses	A vencer de 1 a 3 anos	A vencer de 3 a 5 anos	Total
Empréstimos	62.900	65.733	112.206	59.192	342	300.373
Financiamentos	24.709	44.040	85.047	25.856	123	179.775
Outros créditos	12.549	17.336	24.344	4.548	6	58.783
Total antes da Provisão	100.158	127.109	221.597	89.596	471	538.931

	31/12/2025					
	Vencidos	A vencer até 3 meses	A vencer de 3 a 12 meses	A vencer de 1 a 3 anos	A vencer de 3 a 5 anos	Total
Empréstimos	64.391	70.377	113.214	61.517	511	310.010
Financiamentos	18.553	36.314	65.451	19.040	8	139.366
Outros créditos	12.300	20.112	28.230	3.505	-	64.147
Total antes da Provisão	95.244	126.803	206.895	84.062	519	513.523

c. Classificação por atividade econômica

	30/06/2026	31/12/2025
Pessoa física	536.514	507.831
Pessoa jurídica - Serviços	432	551
Pessoa jurídica - Comércio	1.985	5.141
Total	538.931	513.523

d. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão constituída na forma indicada na nota explicativa nº 6.a apresentou a seguinte movimentação no período:

	30/06/2026	31/12/2025
Saldo inicial	115.870	78.798
Provisão constituída no período	41.393	38.154
Baixa para prejuízos no período	(34.812)	(1.082)
Saldo final	122.451	115.870

e. Operações renegociadas

	Empréstimos		Financiamentos	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Renegociação normal	25.109	36.655	3.774	3.764
Renegociação de créditos em prejuízo	721	3.368	128	1.071
Total renegociado	25.830	40.023	3.902	4.835
Valores recebidos	4.267	5.626	2.266	2.354



Instrumentos decorrentes de renegociações que, de forma geral, impliquem concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração.

7. Outros ativos

Em 30 de junho de 2026 o montante de R\$ 7.841, registrado na rubrica de “Outros ativos” representa preponderantemente valores a serem repassados pelo correspondente bancário da Instituição, decorrentes de recebimentos dos contratos de empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 2.835.

8. Depósitos a prazo

a. Prazos de vencimentos

	30/06/2026	31/12/2025
A vencer até 3 meses	-	19.014
A vencer de 3 a 12 meses	1.509	-
Total circulante	1.509	19.014
A vencer de 1 a 3 anos	-	1.396
Total não circulante	-	1.396
Total geral	1.509	20.410

Os depósitos a prazo referem-se a recibos de depósitos bancários - RDB, captados à taxa de 118% do CDI.

Considerando um cenário de variação de 50% na taxa CDI (maior ou menor), o efeito no passivo da Instituição é de R\$ 147 no exercício findo em 30 de junho de 2026.

b. Movimentação

	30/06/2026	31/12/2025
Saldo inicial	20.410	39.817
Captações no semestre/exercício	-	1.200
Resgates no semestre/exercício	(19.195)	(26.793)
Juros no semestre/exercício	294	6.186
Saldo final	1.509	20.410

9. Recursos de aceites cambiais

a. Prazos de vencimentos

	30/06/2026	31/12/2025
A vencer até 3 meses	-	-
A vencer de 3 a 12 meses	68.890	6.809
Total circulante	68.890	6.809
A vencer de 1 a 3 anos	90.165	97.283
Total não circulante	90.165	97.283
Total geral	159.055	104.092

c

Os recursos de aceites cambiais referem-se a letras de câmbio, captadas à taxa de 119% do CDI.



Considerando um cenário de variação de 50% na taxa CDI (maior ou menor), o efeito no passivo da Instituição é de R\$ 5.081 no exercício findo em 30 de junho de 2026.

b. Movimentação

	30/06/2026	31/12/2025
Saldo inicial	104.092	85.734
Captações no semestre/exercício	57.499	52.310
Resgates no semestre/exercício	(12.698)	(46.619)
Juros no semestre/exercício	10.162	12.667
Saldo final	159.055	104.092

10. Outros passivos – diversas

a. Circulante

Em 30 de junho de 2026 o montante de R\$ 5.704, registrado no passivo circulante, refere-se a créditos de clientes do cartão de crédito no montante de R\$ 2.850 e valores a pagar a fornecedores e prestadores de serviços no montante de R\$ 2.854.

b. Não circulante

O montante de R\$ 69 em 30 de junho de 2026 refere-se aos passivos contingentes, provisionados em função de ações cíveis classificadas como “provável” pela assessoria jurídica, em conformidade com o CPC 25. Os valores classificados como “possível” totalizam R\$ 8 em 30 de junho de 2026, em função de ações cíveis.

11. Transações com partes relacionadas

a. Depósitos a prazo e letras de câmbio

Os saldos de operações e os resultados obtidos em transações com partes relacionadas referem-se a depósitos a prazo e recursos de aceites cambiais.

	30/06/2026	31/12/2025
. Passivo circulante (notas explicativas nº 8 e 9)	70.399	25.823
. Passivo não circulante (notas explicativas nº 8 e 9)	90.165	98.679
. Despesas de captação no mercado	10.456	18.853

b. Dividendos e juros sobre o capital próprio

	30/06/2026	31/12/2025	31/12/2025 Reapresentados
Saldo inicial	27.895	13.635	13.635
Dividendos adicionais destinados/aprovados em AGO	-	30.273	36.594
Dividendos e juros sobre o capital pagos	(21.483)	(22.334)	(22.334)
Saldo final	6.412	21.574	27.895

**c. Correspondente bancário**

Os saldos apresentados referem-se ao serviço de correspondente bancário prestado por Eugênio Raulino Koerich S.A. - Comércio e Indústria, em conformidade com o CPC 05.

	30/06/2026	31/12/2025
Correspondente bancário		
. Ativo circulante	2.835	2.141
. Passivo circulante	42.338	51.763
. Passivo não circulante	3.965	2.929
. Despesa correspondente	9.789	12.389

d. Remuneração da administração

A remuneração da administração perfaz o montante de R\$ 416 composto principalmente pelos montantes de pró-labore, remuneração direta e auxílios alimentação e saúde.

12. Patrimônio líquido**a. Capital social**

Em 30 de junho de 2026 o capital social subscrito é de R\$ 200.000, totalmente integralizado e inteiramente pertencente a acionistas domiciliados no País, representado por 5.000.000 (cinco milhões) de ações ordinárias no valor nominal de R\$ 40,00 (quarenta reais).

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. A destinação do resultado ocorre ao final do exercício social.

c. Reserva estatutária

Possui o objetivo de manter a margem operacional da Instituição, compatível com o desenvolvimento das suas operações ativas, podendo atingir até 100% (cem por cento) do valor do capital social integralizado. Seu saldo poderá ser utilizado: i) na absorção de prejuízos, sempre que necessário; ii) na distribuição de dividendos, a qualquer momento e; iii) na incorporação ao capital social. A destinação do resultado ocorre ao final do exercício social.

d. Dividendos

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de janeiro de 2026, os acionistas ratificaram a distribuição de dividendos complementares provenientes do lucro do exercício de 2025, no montante de R\$ 6.320 mil, sendo R\$ 605 mil referentes a dividendos adicionais e R\$ 5.715 mil provenientes da utilização de Reserva Estatutária. A ata também consignou que tais dividendos foram creditados em conta corrente dos acionistas em 31 de dezembro de 2025, com pagamento previsto até 31 de dezembro de 2028.

Considerando que a Assembleia apenas formalizou decisão existente na data-base das demonstrações financeiras, a Companhia reconheceu os efeitos dessa deliberação em 31 de dezembro de 2025, procedendo à



reapresentação dos saldos comparativos exclusivamente para refletir a adequada classificação dos dividendos deliberados.

A reapresentação não produziu efeitos sobre o patrimônio líquido, o resultado do exercício, o lucro por ação ou os fluxos de caixa da Companhia, restringindo-se à reclassificação entre rubricas do patrimônio líquido e dos passivos relacionados à distribuição de resultados.

No semestre findo em 30 de junho de 2026, foram pagos dividendos no montante de R\$ 21.483 mil, permanecendo saldo de R\$ 6.412 mil em 30 de junho de 2026.

13. Receitas de intermediação financeira

	30/06/2026	30/06/2025
Empréstimos	69.016	69.000
Financiamentos	34.779	27.656
Total de receitas de operações de crédito	103.795	96.656

14. Outras despesas administrativas

Representa, principalmente, as despesas com o correspondente bancário da Instituição, além de outras despesas necessárias à manutenção da atividade.

	30/06/2026	30/06/2025
Comunicação	158	223
Processamento de dados	4.707	5.762
Publicidade e propaganda	2.976	3.686
Correspondente bancário	9.789	5.136
Serviço de terceiros	4.118	3.339
Outras despesas	2.930	1.533
Total	24.678	19.679

15. Despesas Tributárias

Em 30 de junho de 2026 o montante de R\$ 4.377 refere-se preponderantemente às despesas de PIS, Cofins, ISS e demais taxas federais e municipais.

16. Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido

São registrados com base no lucro tributável de acordo com a legislação e alíquotas vigentes.



a. Demonstração da despesa de imposto de renda e contribuição social

	30/06/2026	30/06/2025
Resultado contábil antes da provisão para IR e CSLL	18.373	21.587
IR e CSLL aplicadas às alíquotas vigentes	(7.778)	(8.623)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	151	569
Juros sobre o capital próprio	-	520
Incentivos fiscais (Pat e lei Rouanet)	164	141
IR e CSLL do período	(7.463)	(7.393)
Passivo fiscal diferido	79	816
Ativo fiscal diferido	954	45
IR e CSLL diferidos	1.033	861
IR e CSLL do período	(6.430)	(6.532)

b. Natureza dos impostos diferidos

	30/06/2026				31/12/2025
Natureza dos créditos	Base de cálculo	IR	CSLL	Total	Total
Ativo					
Prov. perda estimada - não dedutível	32.994	8.249	5.774	14.023	13.071
Provisões passivas	69	17	12	29	27
Passivo					
Renda de contratos renegociados de prejuízo	(12.851)	(3.213)	(2.249)	(5.462)	(5.541)
Totais	20.212	5.053	3.537	8.590	7.557

O valor presente do ativo diferido representa o montante de R\$ 9.843, calculados com base na taxa média da captação. Os valores acima representam o imposto de renda e a contribuição social, compostos de diferenças temporárias registradas na contabilidade, porém, não aceitos fiscalmente no momento de sua constituição. A expectativa de realização dos créditos tributários segue conforme demonstrado a seguir:

Ano	Expectativa de realização	
	Valor nominal	Valor presente
2026	2.809	2.388
2027	6.074	4.391
2028	4.164	2.559
2029	911	476
2030	65	29
Total	14.023	9.843

17. Eventos subsequentes

A Instituição não apresentou eventos subsequentes que requeressem publicação após o encerramento do exercício findo em 30 de junho de 2026 até a data de publicação destas demonstrações contábeis.



DIRETORIA

Ronaldo Furtado Koerich
Luiz Dela Bruna
Ramon Vermeulen Noceti
Rodrigo Garcia Neves

CONTADOR

Jhone Bruce Lee Fernandes
CRC/SC 31.264/O-1